

3.1. RECURSOS HUMANOS

Reportado à data de 31 de Dezembro de 2000, o **Tribunal dispôs de 19 Magistrados** incluindo o Conselheiro Presidente, e os Serviços de Apoio de 610 funcionários (na Sede, na SRA e na SRM).

O Ministério Público fez-se representar, na Sede, por **3 Procuradores-Gerais Adjuntos** e em cada uma das Secções Regionais por um **Magistrado** para o efeito designado.

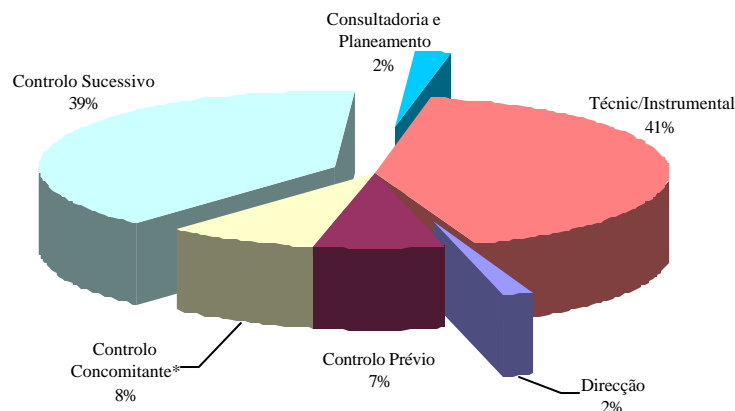
Dos 18 Magistrados, 16 exerceram funções na Sede, dos quais, 4 constituíram a 1.^a Secção, com competências relativas à fiscalização prévia e concomitante; 9 a 2.^a Secção, com competências relativas à fiscalização concomitante e sucessiva; 3 a 3.^a Secção, com competências relativas à efectivação da responsabilidade financeira; e 1 em cada uma das Secções Regionais dos Açores e Madeira, com competência genérica.

O quadro seguinte mostra a distribuição dos Magistrados e respectiva formação base:

	Direito	Economia Finanças	Total
Presidente	1		1
1. ^a Secção	4		4
2. ^a Secção	4	5	9
3. ^a Secção	3		3
Secções Regionais	2		2
Total	14	5	19

Dos **610 funcionários dos Serviços de Apoio** (525 da Sede, 44 da Secção Regional dos Açores e 41 da Secção Regional da Madeira), 47 desempenharam funções no âmbito do controlo prévio, 53 no âmbito do controlo concomitante, 253 no âmbito do controlo sucessivo, 13 desempenharam funções de consultadoria e/ou planeamento e 283 no âmbito do apoio técnico e administrativo.

Serviços de Apoio - Efectivos por Áreas Funcionais
2000
(Sede e SRs)



* Alguns destes efectivos estão também incluídos nas áreas de controlo prévio e/ou sucessivo.

Áreas Funcionais	Efectivo Total			
	Total	Sede	SRA	SRM
Direcção *	4	2	1	1
Controlo Prévio	47	42	3	2
Controlo Concomitante **	53	23	28	2
Controlo Sucessivo	253	211	25	17
Consultadoria e Planeamento	13	11		2
Técnico/Instrumental	283	247	16	20

* Director-Geral e Subdirectores-Gerais. Os demais dirigentes encontram-se incluídos nas diferentes áreas funcionais;

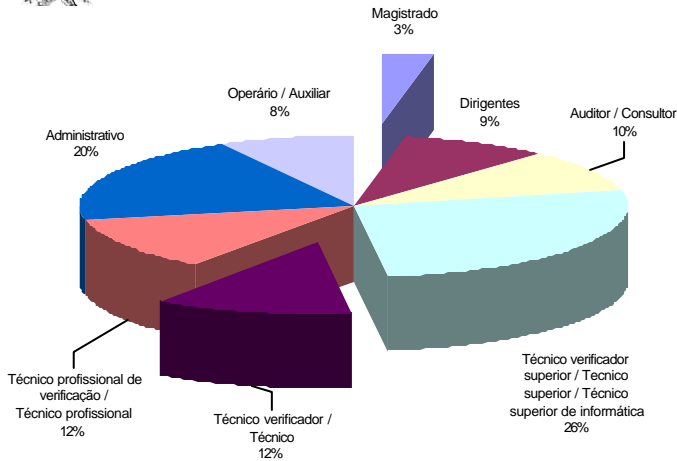
** Alguns destes efectivos estão também incluídos nas áreas de controlo prévio e/ou sucessivo.

O pessoal afecto aos departamentos operacionais e inserido nas funções de controlo (prévio, concomitante e sucessivo) e de consultadoria representa cerca de 57% do total de colaboradores, sendo de 41% a proporção de colaboradores a desempenhar funções de apoio técnico-instrumental e de 2% de direcção.

Após a finalização, em 2000, dos processos de reestruturação de carreiras e reclassificação de funcionários do TC, decorrentes da aplicação do Decreto Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro, que criou um corpo especial de fiscalização e controlo, e da Portaria n.º 1100/99, de 21 de Dezembro, a distribuição dos efectivos por grupos profissionais passou a ser a constante do gráfico seguinte, onde se verifica que o grupo dos técnicos superiores é o mais numeroso (26%), seguido do grupo de pessoal administrativo (20%).



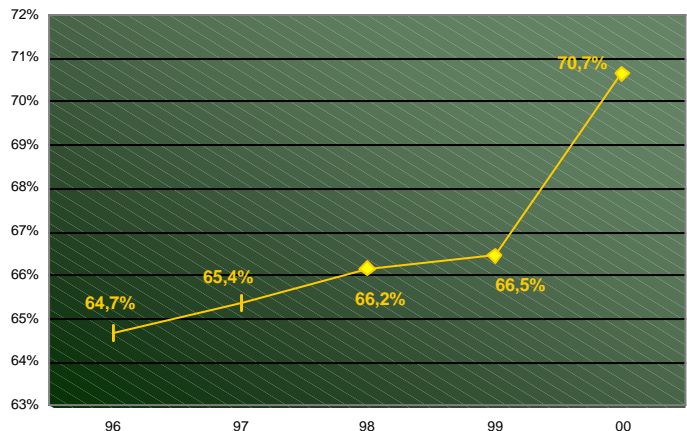
Tribunal e Serviços de Apoio
- Efectivos por grupos profissionais -



Saliente-se que o novo grupo do **corpo especial**, constituído pelos consultores e auditores, pelos técnicos superiores verificadores e técnicos verificadores, surgido da reestruturação de carreiras, representa mais de **28% de funcionários do TC**. Em 2000, foi, ainda, aberto um concurso externo para admissão de 15 auditores.

Tendo em consideração as alterações ocorridas na composição dos recursos humanos durante o ano de 2000, o **índice de tecnicidade** apurado em 31 de Dezembro cifrou-se em **71%**, valor superior ao registado em 1999, como se pode verificar no gráfico ao lado.

Evolução do Índice de Tecnicidade



De referir ainda que, sempre que a especificidade das auditorias aconselhou assessoria especificamente qualificada, se recorreu à **contratação de peritos externos com especiais qualificações**, sobretudo nas áreas de engenharia, em que o Tribunal não dispõe de pessoal suficiente com tais qualificações. A título de exemplo, cita-se o caso concreto da auditoria, no âmbito do PIDDAC, às instalações para os Ensinos Básico e Secundário, para a qual se contratou um engenheiro civil.

FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Durante o ano de 2000, na Sede e nas SR, realizaram-se um total de 339 acções de formação, que abrangeram 1 687 participações, tendo sido recebidas 26 464 horas de formação (vide quadro seguinte).

Formação 2000 (Sede e SR)

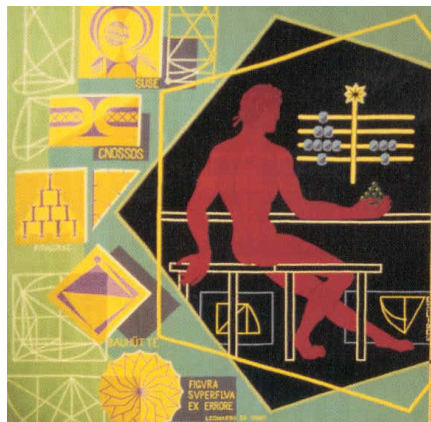
Formação	N.º de Acções	N.º Participações	Horas de Formação
Interna	79	1357	19510
Externa	182	330	6954
Ministrada para o Exterior	78	0	0
TOTAL GERAL	339	1687	26464



Na **formação interna**, com um total de **79 acções**, foi incrementado o recurso a formadores externos, nomeadamente, oriundos do meio universitário e especialistas ligados a instituições de formação e consultadoria. Esta formação abrangeu essencialmente as seguintes áreas: auditoria, gestão e contabilidade, direito, informação e informática, desenvolvimento organizacional e recursos humanos, Tribunal de Contas e União Europeia. Saliente-se que a formação realizada na DGTC foi participada por delegações estrangeiras que envolveram magistrados, dirigentes ou técnicos de instituições congéneres da CPLP, nomeadamente da Guiné-Bissau, de Angola e do Brasil.

Relativamente à participação em acções **de formação externa 182 acções**, englobando cursos, seminários, conferências, congressos ou colóquios, registou-se um aumento do número de acções frequentadas relativamente ao ano de 1999 (mais 39), representando um crescimento de 38,6%.

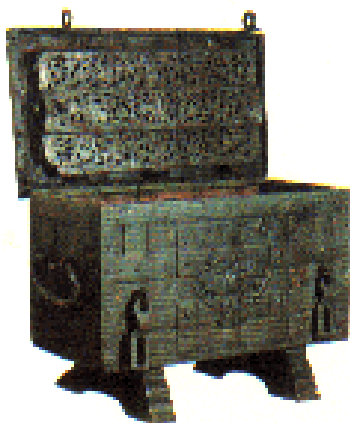
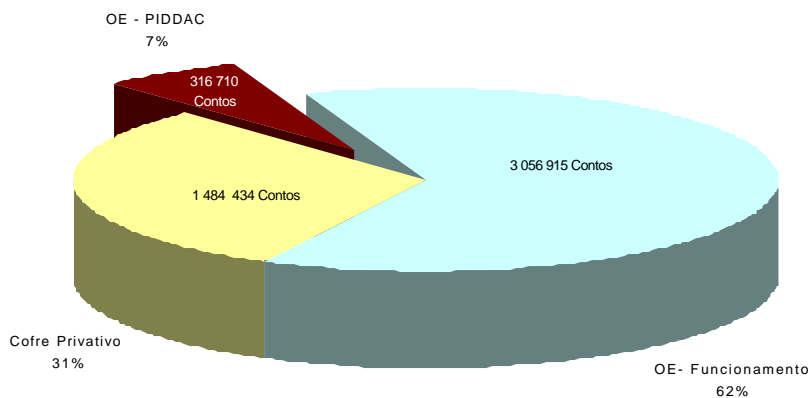
3.2. RECURSOS FINANCEIROS



No que respeita aos recursos financeiros, a dotação global do orçamento corrigido do Tribunal de Contas, para 2000, foi de 8 676 813 contos. Destes, cerca de 59% corresponderam às receitas próprias dos Cofres do Tribunal.

No referente à **despesa efectuada** em 2000, o seu montante elevou-se a **4 858 059** contos, sendo 3 668 372 contos na Sede, 295 915 na SRA e 893 772 contos na SRM (destes, aproximadamente 600 mil contos destinaram-se à aquisição da sede da Secção Regional). Por fontes de financiamento, **3 373 625** contos são relativos ao Orçamento do Estado (funcionamento e PIDDAC) e **1 484 434** contos são provenientes dos Cofres Privativos do Tribunal de Contas.

Despesa por Fontes de Financiamento em 2000



A **estrutura da despesa por classificação económica** é a que consta do quadro seguinte, sendo 71% de despesas com pessoal, 12% de outras despesas correntes e os restantes 17% de despesas de capital.

Classificação económica da despesa	SEDE	SRA	SRM	Total
Despesas Correntes	3 472 885	280 594	268 324	4 021 803
<i>Despesas de Pessoal</i>	2 954 374	250 087	221 804	3 426 265
<i>Outras despesas correntes</i>	518 511	30 507	46 520	595 538
Aquisição de bens de capital	145 577	15 322	358 648	519 547
Aquisição de bens - PIDDAC	49 910		266 800	316 710
Total	3 668 372	295 916	893 772	4 858 060

Por actividades, a estrutura da despesa é a que consta do quadro seguinte:

Estrutura da despesa por actividades

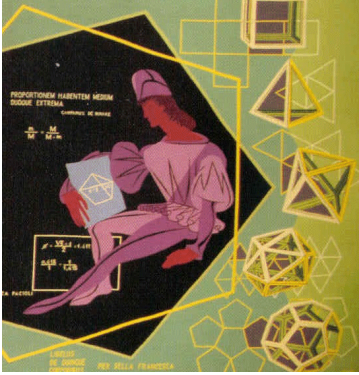
Actividades	Sede	SRA	SRM	Total
Fiscalização prévia	448 405	31 470	38 282	518 157
Fiscalização sucessiva	1 444 145	133 588	89 489	1 667 222
Relações externas	63 357	130 858	1 557	195 772
Desenvolvimento e gestão de recursos	1 712 465		a) 764 444	2 476 909
Total	3 668 372	295 916	893 772	4.858.060

a) Cerca de 600 000 contos são despesa com aquisição da sede da SRM.

A actividade “Desenvolvimento e Gestão de Recursos”, para além de incluir os cerca de 600 mil contos com a aquisição da sede da SRM, abrange os custos com a formação e aperfeiçoamento profissional, o desenvolvimento e integração de sistemas de informação e os recursos informáticos, para além de outros.

De referir que, em 2000, foi implementado o sistema de contabilidade utilizando o Plano Oficial de Contas Públicas (POCP), tendo o Tribunal de Contas sido considerado pela Comissão de Normalização Contabilística, organismo piloto relativamente ao processo de implementação do POCP.

3.3. OUTROS RECURSOS



Praticamente todos os postos de trabalho existentes no Tribunal se encontram informatizados e ligados à rede interna do Tribunal, com correio electrónico interno e externo. Destes, cerca de 35% têm acesso directo à INTERNET.

A nível interno, e como forma de disponibilização de informação, dispõe-se de uma INTRANET, através da qual todos os funcionários têm disponível informação relativa à Instituição e aos seus produtos, bem como outra informação de interesse para o desenvolvimento da sua actividade.

O ano 2000, em termos de soluções aplicacionais de informatização dos sistemas de informação do Tribunal de Contas e Serviços de Apoio, ficou marcado pelo arranque dos projectos de reestruturação das aplicações relativas quer à gestão da formação quer ao registo e tratamento da legislação, jurisprudência e doutrina do Tribunal (**TCJURE**).

Foi ainda apresentada a aplicação de gestão dos recortes de imprensa (**RECORTES**), a qual permite ao Gabinete de Relações Externas informatizar todo o processo de recolha e classificação de notícias da imprensa, e sua difusão através de tecnologias WEB e correio electrónico.

Paralelamente, e no âmbito da integração dos vários sistemas de informação, foi concluída a aplicação denominada "Dossier Electrónico de Entidades" (**GENT**). Esta aplicação destina-se a apoiar o trabalho de preparação de auditorias ao relacionar e apresentar sob um único "chapéu" informação proveniente da gestão processual do Visto, gestão processual das contas e recortes de imprensa.

Endereço <http://www.tcontas.pt/>

Hiperligações [A actualização do Windows](#) [Guia de canais](#) [HotMail gratuito](#) [Iniciar a Internet](#) [Microsoft](#)

Portugal, 2001/05/17

TRIBUNAL DE CONTAS

"Quer pela sua história, quer sobretudo pela consagração constitucional das suas competências para fiscalizar a legalidade da aplicação dos dinheiros públicos, o Tribunal de Contas é uma instituição indispensável do regime democrático português, sendo a consciência financeira do Estado."

Mapa do site
Contactos
Procurar
Ligações

Apresentação
Actos do Tribunal
Publicações do Tribunal
Boletim Informativo
Recursos Humanos
Bases de dados

O Conselheiro Presidente
Alfredo José de Sousa

Madeira
EUROSAI Conference

English version [EUROSAI - Use of IT in auditing](#)

Actualização: 2001/04/30
webmaster@tcontas.pt



A um nível diferente do dos sistemas transaccionais, acima referidos e que apoiam as actividades operacionais e de controlo, dispõe-se dos sistemas de *Data Warehouse*, nos quais se registaram desenvolvimentos (**SIOCGE**). Assim, foi possível agregar em estruturas multi-dimensionais (depois exploradas pelos utilizadores através da folha de cálculo): as Operações de Tesouraria e o acompanhamento da execução da Despesa do Estado, no âmbito do Parecer sobre a Conta-Geral do Estado.

Sublinhe-se ter sido constituída, por Despacho do Conselheiro Presidente, uma equipa de projecto para o desenvolvimento de auditorias a sistemas de informação automatizados.

Para além destas aplicações encontraram-se ainda activas em 2000 as seguintes:



- GESPRO:** sistema de gestão processual das contas, emolumentos e processos da Secretaria
- GESPRO VISTO:** sistema de gestão processual do visto;
- GESPROGER:** sistema de registo dos documentos entrados;
- SISPLAN:** sistema de gestão do planeamento e acompanhamento das actividades dos Serviços de Apoio do Tribunal;
- GESTU:** sistema de gestão do parque informático e apoio ao utilizador;
- PATRIM:** sistema de gestão do património.



O Tribunal dispõe também, para o desenvolvimento da sua actividade, para além do tratamento da legislação, jurisprudência e doutrina do Tribunal, que acima foi referido, de uma Biblioteca, através da qual se pode consultar informação, que é difundida em suporte electrónico. O Tribunal dispõe ainda de um Serviço de Publicações próprio, tendo sido preparadas e editadas, em 2000, 10 publicações entre periódicas e não periódicas